

## Parte IV - Tensões identitárias nas polícias

Policiais migrantes

Márcia Esteves de Calazans

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CALAZANS, ME. Policiais migrantes. In: SANTOS, JVT., TEIXEIRA, NA., and RUSSO, M., orgs. *Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*[online]. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. Cenários do conhecimento series, pp. 213-251. ISBN 978-85-386-0386-3. Available from: doi: [10.7476/9788538603863](https://doi.org/10.7476/9788538603863). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yccrp/epub/santos-9788538603863.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# Policiais migrantes

Márcia Esteves de Calazans\*

Este artigo resulta de uma pesquisa<sup>1</sup> que teve como objetivo investigar e analisar a maneira pela qual a mobilidade entre comunidades profissionais (local de origem e destino) configura processos de construção de identidades profissionais. Portanto, buscou-se identificar quais as dinâmicas de identidades ligadas à profissão daqueles que se colocam como “migrantes” em um determinado espaço profissional.

O estudo de cunho qualitativo teve por objetivo compreender as dinâmicas das identidades profissionais dos policiais migrantes por meio dos depoimentos, das falas dos informantes acerca de suas trajetórias no interior do aparelho policial militar – do “local de origem” ao “local de destino” – de seu cotidiano e de suas projeções para a carreira profissional, ou seja, as percepções que os policiais do PROERD possuem e lançam a respeito de suas atividades. Para tanto, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, em profundidade, com o enfoque de “narrativa oral” (centrada na experiência atual profissional), inserindo-a na trajetória profissional, de modo a se ter acesso ao sentido de sua experiência presente em articulação com uma trajetória – um passado (do ostensivo ao preventivo) – e as expectativas futuras. Utilizou-se também a observação de algumas atividades profissionais desenvolvidas pelos policiais do PROERD, a saber, a observação de um Curso de Capacitação para Futuros Policiais na Região do Vale do Rio dos Sinos. Na época (2008), o Comando Regional do Vale do Rio dos Sinos contava com 50 policiais militares instrutores capacitados pelo Curso do PROERD.<sup>2</sup> Destes, 42 desenvolvendo o Programa e oito afastados.<sup>3</sup> Dos 42 policiais militares na ativa do Programa, foram entrevistados 21 policiais instrutores,<sup>4</sup> e dos oito policiais afastados, três concederam entrevistas. Utilizou-se como critério de escolha policiais que desenvolveram o Programa no ano de 2007 e que estavam, no mínimo, há um ano nele inseridos. Dos 21 municípios sob o Comando Regional do VRS participaram da pesquisa as seguintes cidades: Portão, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Campo Bom, Parobé, Estância Velha, Capela de Santana, Nova Hartz, Dois Irmãos, Sapiranga, Ivoti e Lindolfo Collor.

Tendo em vista que o campo de pesquisa iniciou em Porto Alegre, foram obtidas as seguintes entrevistas: dois comandantes e cinco policiais instrutores pertencentes aos órgãos policiais militares (OPMs) com a responsabilidade

territorial de ampla cobertura à cidade de Porto Alegre e lotados no 1º BPM Zona Sul e no 9º BPM Praia de Belas.

Ao longo deste estudo, as sete entrevistas obtidas em Porto Alegre não foram excluídas e, por vezes, foram referidas de forma pontual durante este trabalho. No entanto, o campo de pesquisa considerado aqui é o do Vale do Rio dos Sinos.

Foram entrevistados, ainda, o Comandante do CRPO/VRS, a Coordenadora Estadual do Centro de Capacitação do PROERD, dois mentores<sup>5</sup> e um máster,<sup>6</sup> integrantes da equipe do Centro de Capacitação do PROERD no Rio Grande do Sul, totalizando 33 policiais militares entrevistados.

Concomitantemente às entrevistas, foi observado o 1º Seminário do PROERD do Comando Regional de Polícia Ostensiva do Vale do Rio dos Sinos, com o tema: Políticas Públicas de Prevenção às Drogas para Adolescentes, o qual integrou a programação da 7ª Edição do Curso de Capacitação PROERD/2008, no CRPO/VRS, bem como foi observado o desenvolvimento do curso para formar futuros Instrutores, do qual participaram 38 policiais militares vindos majoritariamente do interior do Rio Grande do Sul e da Região dos Sinos.

Ainda, fez-se um levantamento das matérias jornalísticas (foram 21 artigos) que circularam nos jornais e nas revistas locais no segundo semestre do ano de 2007 e no primeiro semestre de 2008 sobre as atividades do PROERD no Vale do Rio dos Sinos, consideradas como apoio e interpretação sobre o Programa; serviram, pois, para a construção de significados sociais para a comunidade e para os próprios policiais, os quais se fazem presentes como elementos de reconhecimento.

Há alguns dados quantitativos presentes nesta pesquisa, originários de um questionário, o que define o perfil da população de policiais que trabalharam ao longo de 2007 no PROERD sob o CRPO/VRS, os quais foram fornecidos pelo Comandante Geral do VRS. E, ainda, há dados que visam a conhecer alguns indicadores socioculturais do efetivo policial e as formas de inserção e de mobilidade profissional dos policiais, os percursos no interior do aparelho policial militar, as perspectivas profissionais, bem como a graduação, a escolaridade e o sexo dos informantes da pesquisa.

Este estudo, portanto, analisou o processo construção das identidades profissionais de policiais migrantes procurando pensar esse processo a partir de uma visão que privilegiasse a interação entre os sujeitos e os grupos dentro das comunidades nas quais estão inseridos, observando-se como isso é perpassado por critérios e por estratégias de reconhecimento e distinção, o que implica dizer que as construções das identidades profissionais dos policiais militares (que trabalham com o método de policiamento ostensivo preventivo e a adesão ao grupo que desenvolve o Programa) são indissociáveis da percepção identitária que os policiais constroem entre si (um dos outros e de si mesmos) e em relação a outros grupos que trabalham com método de policiamento distinto (ostensivo repressivo).

Os discursos dos policiais migrantes entrevistados foram o ponto de partida e dão visibilidade a um mundo particular de socialização, em que saberes, valores e práticas profissionais constituem as dinâmicas de construção de identidade vinculada a uma atividade profissional. Os diversos matizes na aplicação cotidiana desses saberes, valores, discursos e práticas ocorrem em decorrência de diferentes trajetórias profissionais e de distintos projetos coletivos e individuais. Há aqui duas dimensões que norteiam as representações desses profissionais sobre a atividade que eles mesmos desempenham: a dimensão relacional e a dimensão biográfica, a relação com os outros e consigo mesmos.

Procurou-se, acima de tudo, caracterizar a vivência dos policiais em suas trajetórias e as relações nelas presentes, dos fluxos entre comunidade de origem e de destino; buscou-se evidenciar os macrocontextos econômicos, políticos, sociais e culturais, o que permitiu discutir e problematizar se há uma (inter)dependência desses métodos, e como estes coexistem entre si, ainda que muitas vezes se coloquem como métodos de policiamento antagônicos; além disso, verificou-se tal situação a partir da análise das construções identitárias profissionais de policiais militares que desenvolvem atividades com base no método de policiamento preventivo.

Ao observar-se o perfil da população de Policiais Instrutores CRPO/VRS 2007, pode-se dizer que há uma concentração no Círculo de Praças, em uma faixa etária que vai dos 30 aos 39 anos, bem como no sexo masculino, ainda que inúmeras vezes, no campo empírico da pesquisa, observa-se uma identificação do Programa como pertencente ao sexo feminino, visto que para alguns Policiais este não possui atributos viris, próprios da atividade policial, como o uso da força, por exemplo. A concentração na faixa etária e no sexo masculino é observada também no cômputo geral da população dos policiais do PROERD. Tais concentrações, nessa faixa etária, podem estar relacionadas com a vida útil na corporação e com a supremacia na representatividade de homens na corporação, visto que, em dados gerais, o número de homens é maior neste Círculo. O fato do Programa ser eminentemente desenvolvido por Praças reproduz as características hierárquicas do aparelho policial militar em que a tarefa de executar é da competência de Praças e a tarefa de pensar está atribuída ao Círculo de Oficiais.

Conforme se observa a seguir:

**Quadro 1**  
**População por sexo no efetivo CRPO/VRS**

	Total	%
Mulheres	89	9,6
Homens	835	90,4
Total	924	100

Fonte: CRPO/VRS.

**Quadro 2**  
**População por sexo junto ao PROERD no CRPO/VRs**

	Total	%
Mulheres	13	26
Homens	37	74
Total	50	100

Fonte: CRPO/VRs.

No cômputo geral, os homens estão em número maior no Programa; agora, em relação à representatividade, considerando a proporção da população por sexo, a partir do quadro geral, pode-se dizer que as mulheres estão sobre-representadas em relação à sua participação no quadro geral na região.

Observa-se a elevação da escolaridade nos índices de participação no Programa, bem como na amostra da pesquisa em relação ao efetivo total sob o Comando Regional do Vale do Rio dos Sinos.

**Quadro 3**  
**Nível de escolaridade do efetivo total do CRPO/VRs**

	Total	%
Ensino Fundamental	50	6
Ensino Médio Incompleto	50	6
Ensino Médio	576	69
Superior Incompleto	118	14
Superior Completo	41	5
Total	835	100

Fonte: CRPO/VRs.

**Quadro 4**  
**Nível de escolaridade dos policiais junto ao programa no CRPO/VRs**

	Total	%
Ensino Fundamental	-	-
Ensino Médio	32	64
Superior Incompleto	6	12
Superior Completo	12	24
Total	50	100

Fonte: CRPO/VRs.

### Quadro 5

#### Nível de escolaridade da população da pesquisa por escolaridade

	Total	Masculino	Feminino
Ensino Fundamental	-	-	-
Ensino Médio	8	7	1
Superior Incompleto	4	2	2
Superior Completo	8	5	3
Mestrado	1	1	-
Total	21	15	6

Fonte: Policiais Migrantes: identidades profissionais em movimento, 2009.

No perfil da população da pesquisa, foram encontrados nove policiais com nível superior e pós-graduação: destes, somente três são do Círculo de Oficiais. Tais informações vão ao encontro de dados de pesquisas anteriores, os quais apontam a crescente escolarização no Círculo de Praças no país.<sup>7</sup>

### Quadro 6

#### Perfil da população de pesquisa por faixa etária e por sexo

Faixa etária (anos)	Número	
	Homens	Mulheres
18 a 20	-	-
21 a 24	-	1
25 a 29	2	3
30 a 39	7	1
40 a 49	4	1
50 a 59	2	-
60 ou mais	-	-
Total	50	6

Fonte: Policiais Migrantes: identidades profissionais em movimento, 2009.

### Quadro 7

#### Perfil da população de pesquisa por período de ingresso na BM

	Por ano de ingresso na BM		
	Total	Masculino	Feminino
1977 até 1980	1	1	-
1981 até 1984	3	3	-
1985 até 1988	2	1	1
1989 até 1992	6	5	1
1993 até 1996	1	1	-
1997 até 2000	4	3	1
2001 até 2004	4	1	3
2005 até 2008	-	-	-

Fonte: Policiais Migrantes: identidades profissionais em movimento, 2009.

Com a elevada escolarização, associada à concentração de ingresso na Brigada Militar na segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990, bem como os índices de concentração nas faixas etárias (25-29; 30-39 e 40-49, para homens e para mulheres; estas últimas entre 30 e 39 anos), esses dados sugerem que a Polícia Militar colocou-se como uma possibilidade de absorção de trabalhadores devido à precariedade do mercado de trabalho nessas décadas. Essa assertiva é abordada de forma detalhada mais adiante, quando dos depoimentos dos informantes, de suas motivações ao ingresso na Brigada Militar. De toda forma, os dados aqui apontados coadunam-se com dados levantados em pesquisa realizada em território nacional, da qual resultou na publicação de mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro (Soares; Musumeci, 2005).

## 1 DOS CAMINHOS PERCORRIDOS À CHEGADA À POLÍCIA MILITAR

Estar inserido em um agrupamento, com plano de carreira, “pertencer” a um grupo enquanto categoria profissional com possibilidades de ascensão e pela “segurança” do concurso público foram os fatores apontados pelos informantes da pesquisa quando do questionamento dos motivos impulsionadores para a entrada na Polícia Militar.

A estabilidade, a segurança, os direitos trabalhistas materializados através do concurso público surgem como uma possibilidade de controlar o próprio destino, sobretudo no momento da escolha de mudar o rumo em que a vida estava. A Polícia Militar, como única alternativa para isso, surge também a partir da vivência de situações extremas dos mecanismos de invalidação social,<sup>8</sup> visíveis em praticamente todas as histórias de vida trazidas pelos informantes, sobretudo em Praças. Estão, pois, associados à fragilidade, à dificuldade de acesso à infraestrutura pública (educação, saúde, transporte, ausência de políticas públicas de inserção profissional), a qual implica uma mobilidade anterior ao aparelho policial militar. Não raro, os informantes saíram de zonas rurais (fronteira oeste e arredores – Região Central, Campanha e Missões), de uma situação de vida precária, em busca de novas formas de sobrevivência. E com frequência a sua adaptação às regras e às normas do aparelho policial militar aparece associada à afirmação de que a invalidação social mora ao lado, isto é, as estratégias de resistência em um primeiro momento, no interior do aparelho policial, aparecem reduzidas, visto que a Polícia Militar possibilitou a saída do mundo da necessidade. Em todos os relatos dos informantes da pesquisa, o ingresso na Brigada Militar é valorado como escudo moral, como possibilidade de diferenciação e de saída de um mundo que aterroriza uma população (sem

acesso a uma proteção social mínima): a saída da informalidade e o desemprego. É comum constatar-se nos conteúdos das falas uma carga simbólica associada à “profissão” – caracterizando um sentimento de dever cumprido da conquista de um futuro melhor para si mesmo e para assegurar condições mínimas à sua família – mais do que nunca, pois representa a saída do mundo da necessidade. De fato, a adesão e o comprometimento com o aparelho policial significam prioritariamente a necessidade da sobrevivência.

Dos depoimentos obtidos no âmbito da pesquisa – o sentido atribuído pelos informantes à sua trajetória profissional, enunciada nas razões/motivações de acesso ao atual grupo profissional, da sua história anterior à Brigada Militar e em suas expectativas em face do futuro profissional –, a compreensão destes leva a considerar-se a importância do acesso à esfera profissional na organização e na apropriação subjetiva. Tal apropriação pelos informantes dá conta não apenas de relatos objetivos, mas, sobretudo, de sentidos que relevam da dinâmica e da construção de sua identidade.

As entrevistas desenvolvidas apontam que parte dos informantes iniciou a trabalhar desde muito cedo, ainda na infância, por volta dos dez anos, e apresentam uma trajetória profissional sem vínculos empregatícios e sem as suas garantias, bem como frágeis remunerações. Em suas respostas, muitas vezes, foi referenciado que o ingresso na Brigada Militar permitiu sua ascensão a um *status* econômico social, devido à falta de opções melhores e/ou “era a única oportunidade” naquele momento.

O conteúdo de alguns depoimentos a seguir expostos dá visibilidade à importância da estabilidade, da possibilidade de se “fugir” da informalização do universo do trabalho, da independência financeira, da segurança de um concurso público, o que se sobrepõe ao conhecimento da realidade da profissão policial. Surge, desse modo, como “única oportunidade ou a oportunidade ao alcance no momento”, associado ao desejo de aprovação em concurso público, como forma de garantir a validação social. Em muitos depoimentos, a impressão que se tem é que a Segurança Pública foi a única coisa que lhes restou.

Os policiais migrantes, quando questionados sobre a sua principal motivação para ingresso na Brigada Militar, deram variadas respostas que podem ser classificadas em quatro categorias: estabilidade, única oportunidade, necessidade de um trabalho e plano de carreira – poucas respostas mencionaram o orgulho de se trabalhar com questões ligadas à segurança.

Um Policial Praça afirmou:

No caso do interior, né, como tinha acabado de sair do Exército, né, eu optei pela Brigada, que tavam abertos os cursos, aí eu peguei e fiz e passei. Em Santana do Livramento, não tinha nada de trabalho naquele lugar, o que tinha tava quebrado...

Uma Policial Praça respondeu:



Era a maneira de eu me financiar, ter estudo, lá não dava pra ficar, era uma miséria... sigo estudando e já tirei toda a minha família de lá.

Observa-se que a mobilidade social espacial mostra-se pautada pela busca de uma colocação, visto que 80% da amostra é oriunda da região da fronteira oeste do Estado. Os informantes oriundos da região do Vale dos Sinos referem que o temor do desemprego, a grande oferta de trabalhadores no mercado, as dificuldades pelas quais a indústria passava naquele momento e a informalidade crescente foram fatores que impulsionaram a participação no concurso na Segurança Pública.

**Quadro 8**  
**Trajетórias anteriores à BM**

Atividades	Total	Mulheres	Homens
Indústria	7	-	7
Construção Civil	4	-	4
Serviços Gerais	5	3	2
Comércio	3	2	1
Primeiro Trabalho	2	1	1
Total	21	6	15

Fonte: Policiais Migrantes: identidades profissionais em movimento, 2009.

Obs.: Ressalta-se que dos entrevistados no VRS quatro PMs (duas mulheres e dois homens) do PROERD são atualmente professores concursados para séries iniciais em municípios da região.

Para Jannuzzi (1999), a mobilidade social, espacial e ocupacional foi relevante na constituição da sociedade sociourbano-industrial brasileira. A industrialização e a migração criaram condições estruturais para a complexificação do mercado de trabalho brasileiro, e isso resultou na transição de uma estrutura profissional assentada em postos de trabalhos agrícolas em direção a um espectro mais amplo e diversificado, ainda que bastante desigual em termos de qualidade e de renda dos postos de trabalhos gerados. Nota-se que, a partir dos anos 1980, a instabilidade econômica e o baixo dinamismo de postos de trabalho repercutiram de forma significativa sobre as perspectivas de mobilidade social e de tendência migratória no país. Se antes a migração, ou melhor, a mobilidade social, foi impulsionada pelas alternativas de inserção no mercado de trabalho, no agrupamento, em tese, tal mobilidade mostra-se pautada pela ausência destas: da única alternativa vislumbrada – aprovação no concurso – deslocaram-se para outras regiões. Poucos já haviam saído de suas regiões para a colocação em postos na indústria e no comércio; contudo, devido às dificuldades dos setores, também optaram pelo concurso público:

A década de 80 foi marcada pela perda do dinamismo da Economia brasileira – em criar postos na indústria, pelo menos no ritmo que vinha se dando na década anterior. Houve uma estagnação da parcela relativa à mão-de-obra contratada sob regimes formais de trabalho e engajada em setores mais organizados e dinâmicos da Economia. Observa-se que a migração colocou-se como uma estratégia de sobrevivência na busca da validação social, posição, neste contexto adverso – garantir uma posição na estrutura social. (Jannuzzi, 2000, p. 1).

Por outro lado, do ponto de vista dos informantes, a mobilidade espacial proporcionou melhor inserção socioprofissional na sociedade. Das entrevistas individuais, reconhece-se, sobretudo nos Praças, que estes passaram por diversos setores de atividades, seja na indústria, na construção civil ou nos serviços gerais.

Para os Praças com escolaridade de nível médio e/ou superior, a migração de suas regiões colocou-se como alternativa de inclusão para esses sujeitos que ingressaram na comunidade de “origem” – policiamento ostensivo repressivo – ao reconhecerem as condições desfavoráveis do mercado de trabalho. Como fatores estruturantes para o desenvolvimento da mobilidade social, estão a precarização do mercado de trabalho, a decadência da industrialização, a pouca oferta de emprego em sua região, sobretudo na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (local de maior concentração dos policiais que trabalham no Vale do Rio dos Sinos). São, sobretudo, movidos pelo intuito de adequar os anseios pessoais, os planos de vida e a sua atividade profissional. Para Jannuzzi (2000), a mobilidade social faz-se presente no contexto de dificuldades crescentes do mercado de trabalho, com a crise dos anos 1980, as possibilidades de continuidade desse modelo de mobilidade – restrita, desigual, mas ascendente – passaram a ser ainda menores.

Inicialmente, os determinantes básicos da intensa mobilidade social ascendente neste século devem-se muito à industrialização e à migração rural-urbana, perdendo a “força transformadora” das décadas passadas, ao deixar de imprimir o ritmo de mudanças estruturais no espectro ocupacional que possibilitaram a incorporação de massas crescentes provenientes do campo em postos de trabalho (e subtrabalho) na indústria e nos serviços terceirizados (Jannuzzi, 2000, p. 11).

As condições gerais do mercado de trabalho urbano nos anos de 1980 a 1989 viriam a se mostrar crescentemente preocupantes e menos favoráveis mais ao final da década, com a baixa expansão do emprego formal, com o aumento da parcela dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados sem contrato de trabalho formalizado, além da redução significativa dos níveis salariais.

Jannuzzi (2000) observa que o desemprego só não foi maior e crescente no período devido à capacidade de absorção da população ativa pelo setor de prestação de serviços e comércio (e pelo desempenho da Administração Pública e dos Serviços Sociais na criação de postos de trabalho durante a década).

Pesquisando um período de 13 anos, de 1980 até 1993, Jannuzzi (2000) concluiu que existem condições macro e microestruturais que definem maior ou menor facilidade para o desenvolvimento do processo migratório.

No presente estudo, pode-se dizer que o período referido de ingresso na Brigada Militar pelos informantes de pesquisa configurou-se por grandes oscilações conjunturais da economia brasileira. Dessa forma, os sujeitos informantes da pesquisa referiram que conseguiam apenas acessar o setor informal, e, mesmo os mais especializados, encontraram dificuldades de inserção.

Além do agravante do aumento do desemprego, da pouca oferta de postos de colocações, o concurso público aparece como um dispositivo de validação social, para uma categoria que tem origem em uma classe social desfavorecida. A Polícia surge, pois, como alternativa e como possibilidade de acesso à maioria a serviços que até então nunca foram acessados, como saúde e possibilidade de educação. Contudo, identifica-se nas falas dos informantes uma adequação inicial às regras e às normas do aparelho policial e pouca identificação com as atividades do policiamento de rua. Sobremaneira referem que a Polícia foi quem possibilitou o seu atual padrão de vida, inclusive a complementação de estudos: é como se o sacrifício inicial justificasse a possibilidade que se teve de acessar a estruturas que até então estavam distantes da sua pessoa, ainda que por vezes se demonstrassem contrários à rígida hierarquia da Corporação.

A chance de se tornarem donos de seu destino, a perspectiva de estabilidade para si e para a família através do ingresso na Polícia Militar ganharam forças imensuráveis: a sujeição assim passa a não ser questionada. Colbari (1995) afirma que a ética do provedor subordina a ética do trabalho. E esta última leva o sujeito e membros da família a aceitarem a disciplina do trabalho como forma do trabalhador de poucas condições financeiras alcançar a “redenção moral” e, assim, a dignidade pessoal.

É importante ressaltar agora que a disciplina do trabalho e a obrigação moral do sustento da casa são as características fundamentais da ética do provedor. Em relação à sua chegada à Brigada Militar, uma Policial Praça comenta:

No início passei por momentos difíceis, queria voltar para casa e deixar tudo para trás e ao mesmo tempo minha colega me dava força e dizia que após o término do curso as coisas iriam melhorar. Ela tinha razão, minhas expectativas de um futuro melhor me davam forças para lutar contra o tempo e contra a saudade que sentia de meus familiares, afinal nunca havia ficado longe de casa, mas era a única forma que eu tinha para ajudar, e aí eu buscava força pra enfrentar uma jornada de serviço onde o militarismo estava presente a todo o momento.

Percebe-se inicialmente uma adesão, um comprometimento com o aparelho policial, sem questionamentos, pois foi este que trouxe a possibilidade de acesso a serviços básicos para um cidadão. Nos relatos, identifica-se a Brigada

Militar como alternativa para deixar para trás uma vida de poucas possibilidades. No momento em que o sujeito assume quaisquer das prerrogativas do aparelho policial, está admitindo a sua adesão a este e o compromisso em cumprir com a imagem que está colocada sobre si.

## 2 A MOBILIDADE NO INTERIOR DO APARELHO POLICIAL MILITAR

É na mobilidade interna no aparelho policial militar que o valor atribuído às vivências profissionais surge com outra conotação: transcende o seu valor instrumental relativo à necessidade de sobrevivência, com conotação de força, de luta, de missão e de resistência. Ainda que a adesão pela identificação com a atividade profissional desenhe-se de forma mais intensa para o policial do Vale dos Sinos do que para os informantes da Capital, esta aparece em uma teia de significados associados às vivências profissionais atuais. Nos relatos da Capital é referido, sobretudo pelos informantes em faixa etária mais elevada, o cansaço com a rua, a violência presente na profissão policial e o desejo de sair da linha de frente. Ao contrário do observado nos relatos dos policiais da amostra do CRPO/VRS.

De toda a forma, seja na busca de maior identificação com as atividades profissionais, de maior sentido para si, seja no desejo de sair da linha de frente, da violência da rua, observa-se que quando o sujeito impede a imposição do aparelho policial sobre o seu ser, pode-se pensar que ocorre o ajuste secundário. O ajustamento aqui referido – a migração – não coloca em risco o aparelho policial militar: é um sistema autorizado, que canaliza esforços que de outro modo poderiam ser, sim, destrutivos para a instituição (como assistimos às greves – um ajuste secundário violento). Essa é uma das razões em que muitas vezes o ajuste secundário é reconhecido dentro de uma hierarquia, dentro de um determinado sistema sem que este tente suprimi-lo. De fato, não assumir essas prerrogativas impõe um alijamento da instituição.

Além disso, deve-se pensar que “as organizações têm uma tendência para se adaptar a ajustamentos secundários não apenas através da disciplina cada vez maior, mas também por legitimar seletivamente tais práticas, esperando, dessa forma, reconquistar o controle e a Soberania, mesmo com a perda de parte das obrigações dos participantes” (Goffman, 2001, p. 165).

Ao observar a mobilidade dos policiais migrantes, entre uma e outra comunidade, percebe-se que há policiais que estão no PROERD e participam do policiamento ostensivo repressivo (alguns, dependendo da concepção do Comando, estão disponibilizados a realizar somente o policiamento preventivo inserido no PROERD), cumprindo algumas escalas no policiamento ostensivo

repressivo; alguns poucos são cedidos exclusivamente ao Programa; e há, ainda, outros que passaram pelo Programa e retornaram, com dedicação exclusiva, ao policiamento ostensivo repressivo.

Observa-se abaixo a distribuição de policiais informantes da pesquisa, quanto à sua situação atual em relação às duas comunidades – origem e destino:

**Quadro 9**  
**Distribuição de policiais informantes**

Atividades	Total
Dedicado exclusivamente ao PROERD	3
Administrativo + PROERD	3
POLOST+ PROERD	11
PM Residente <sup>9</sup> + PROERD	4
<b>Total</b>	<b>21</b>

Fonte: Policiais Migrantes: identidades profissionais em movimento, 2009.

Da identificação dessa situação, quando perguntados de sua preferência entre uma e outra comunidade, a maioria dos policiais refere desejar ter dedicação exclusiva ao PROERD, atribuindo a não exclusividade ao posicionamento de seu Comando.

Observa-se que alguns policiais migraram do policiamento de trânsito, na extinção deste, quando as suas atribuições passaram para a esfera da EPTC. Cabe ressaltar que o policiamento de trânsito compreendia atividades preventivas junto a escolas e projetos educativos para o trânsito, desenvolvidos em salas de aula pelos policiais militares.

Das comunidades de origem à comunidade de destino, há uma supremacia do ponto de partida ser o POLOST, ainda que ocorram policiais oriundos dos setores administrativos e de trânsito, excetuando-se este último setor, porque boa parte dos policiais mantém vínculos ocupacionais com a comunidade de origem.

**Quadro 10**  
**Percurso no interior do aparelho policial anterior ao PROERD**

Atividades	Total
Administrativo	4
Policiamento de Trânsito	2
POLOST	15
<b>Total</b>	<b>21</b>

Fonte: Policiais Migrantes: identidades profissionais em movimento, 2009.

Sabe-se que a ideia de agrupamento, de grupos desenvolvendo atividades especiais, dentro da Polícia Militar é muito presente. Neste sentido,

encontram-se policiais nos mais diversos agrupamentos, a saber, o Batalhão de Operações Especiais, dentro do POLOST; no Comando dos Órgãos de Polícia Militar Especiais, o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA); o Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual (BPRv); o Batalhão de Polícia Fazendária (BPF); o Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guarda (GSVG); o Grupamento de Polícia Militar Aéreo (GPMA); a Força Tarefa (FT); o Esquadrão de Guardas de Estabelecimentos Penitenciários de Porto Alegre (EGEPPOA).

Na perspectiva de Programas, de projetos com base no método de policiamento preventivo e de projetos de responsabilidade social, encontram-se o PROERD; o Programa Social Educativo de Profissionalização de Adolescentes (PROSEPA); a Polícia Militar – Brigada Mirim; o Salva-Vidas Mirim; a Patrulha Ambiental; a Patrulha do Mar; a Brigada Militar – a Amiga da Amamentação.

Falar do “proerdiano” – policial do PROERD – é um exercício complexo, mas esse grupo aparece com algumas características, com uma visão compartilhada por seus membros, a saber, estão centrados na prevenção, são “dotados” de certo “espírito voluntário”, têm muito presente a ideia de “salvar” (como um modo de fazer “a diferença” no policiamento e como forma de pensar a atividade policial), e são também sujeitos participativos em sua comunidade – na comunidade onde residem, na qual também, às vezes, desempenham a sua atividade profissional.

Foram observados os seus trânsitos e os seus fluxos e, com isso, notou-se que esses policiais mantêm-se vinculados à comunidade de origem; por vezes, levam colegas para a comunidade de destino através de uma rede organizada entre comunidade de origem e comunidade de destino.

A partir da entrada no aparelho policial, observa-se que a média de tempo desse agrupamento entre a comunidade de origem e de destino é de nove anos entre os Instrutores informantes do CRPO/VRS 2007. Há, também, os seguintes percursos ocupacionais nesse período (POLOST, moto, policiamento de trânsito, viatura, administrativo, rádio-operador, cartório, patrulheiro, ornamentista, ensino). Entre os Instrutores informantes de Porto Alegre, a média é de 8,2 anos com experiências ocupacionais anteriores no POLOST e no setor administrativo. Contudo, se for considerada a média a partir do ano de criação do Programa (1998), associada ao ingresso na comunidade de destino, alteram-se os índices para: CRPO/VRS, 4,5 anos, e para Porto Alegre, quatro anos.

A mobilidade no interior do aparelho policial, sobretudo a especialização na Polícia Militar, é tratada como “um problema” para os Oficiais-Gestores. Os fluxos e os trânsitos produzidos pelos policiais entre um e outro tipo de policiamento são reconhecidos de distintas formas pelos Comandos. Referem que para o gestor, segundo alguns Oficiais, fica difícil “controlar” a tropa, uma vez que esta se sente muito empoderada e “envaidecida” em sua especialização.<sup>10</sup> Assim como relatado anteriormente, a preocupação de um Comando com o que pode vir acontecer é que pontuou o seu posicionamento contrário a uma

especialização de policiamento a partir do Programa. Por outro lado, encontrou-se um Comando que, quando da abertura da última capacitação na Capital, quisera inscrever 40 policiais de seu Batalhão para o Curso. Este último, em seu depoimento, afirmou que estava muito chateado pela negativa da inclusão de alguns policiais no curso porque não atenderam aos critérios objetivos, a saber, “eram fumantes”.

Em sua argumentação, este último referia que os seus policiais não poderiam ser excluídos, reconhecendo a mudança que o Programa faz na vida dos policiais – seria, pois, uma oportunidade desses policiais pararem de fumar; sobretudo, “todos” os policiais deveriam passar por essa capacitação.

O seu depoimento coaduna-se à ideia de alguns teóricos das migrações (Thomas; Znaniecki, 1996), que tinham o foco de seus estudos na análise dos processos de adaptação, de aculturação e de assimilação dos grupos imigrantes dentro da sociedade norte-americana. Eles acreditavam que ocorreria uma completa assimilação estrutural, embora não estivesse claro se isso envolveria a adoção de valores anglo-americanos (Assis; Sasaki, 2000, p. 4). Se, por um lado, tal Comando justifica a sua ideia no sentido dos policiais adotarem comportamentos dos policiais proerdianos, por outro lado, para outros policiais isso dá conta da ideia do término da especialização da ação policial junto ao PROERD. Por inúmeras vezes, no campo empírico, encontrou-se a afirmação da impossibilidade de se trabalhar com essa ideia, pois esta levaria à descaracterização do Programa e este perderia o sentido. Mas, sobretudo, guarda a ideia de salvaguardar um espaço profissional e não abrir a entrada para qualquer postulante.

Considerando-se a mobilidade no interior do aparelho policial militar, dos relatos dos informantes de pesquisa, percebe-se que tais processos estão relacionados a uma compreensão específica, a um modo diferenciado entre um e outro método do fazer da Polícia. O ingresso na comunidade de destino ilustra-se pelo fato de o policial ser voluntário e ter um “ideal de mundo” anterior muito presente. São, pois, elementos determinantes da reorganização de suas ações, bem como da intolerância de alguns para com a violência da atividade de rua. Isso resulta na formação de um espaço múltiplo, com a circulação de policiais, de crianças, de representantes da sociedade civil, de autoridades, de empresários, de mídia, entre outros. Neste sentido, algumas abordagens teóricas sobre as migrações, sobretudo a teoria da migração transnacional, é esclarecedora quando demonstra a complexidade de tal movimento.

Ela aponta que os migrantes são sujeitos que agem intimamente ligados às relações sociais – tanto com a comunidade de origem quanto com a de destino. Aponta, também, a importância de se analisar as redes sociais que vão se constituindo no processo migratório. Partindo dessa referência, observa-se que a própria rede é fonte de reconhecimento profissional para o policial, seja

das intervenções com a comunidade, como, por exemplo, o governo municipal local, no caso da cidade de Lindolfo Collor, município que tem verba própria aprovada enquanto projeto de lei para incentivo e destinada ao desenvolvimento do Programa, do reconhecimento da importância do Programa para a cidade, e a partir das interações entre essa Prefeitura e policiais da região, da interação entre os policiais e o prefeito da cidade, as Secretarias de Educação, professores, pais e crianças. Ou seja, pelo apoio de grandes empresas da região do Vale do Rio dos Sinos para o desenvolvimento do Programa, colocando policiais em contato com executivos responsáveis por darem apoio aos mesmos, como observado durante a realização do seminário de Capacitação em Dois Irmãos, no *showroom* das Lojas Herval, das ações e solicitações das comunidades para que o Programa incluísse novas escolas.

Assim, das relações observadas, percebeu-se que os policiais buscam e constroem sentidos às suas ações nessa rede muito mais que apenas na decorrência de uma forma de escapar da violência da rua.

Observam-se também, nessa rede constituída, formas de apoio emocional, vínculos que transcendem aos critérios estabelecidos para ingresso no Programa, onde as unidades efetivas da migração mostram-se como um conjunto de policiais ligados por laços de amizade e experiência de trabalho, que incorporaram o local de destino nas alternativas de mobilidade por eles considerados. A rede une policiais veteranos (no Programa) e novatos e serve também para minimizar os riscos presentes na profissão do policial, quando no método de policiamento ostensivo repressivo.

Se, por um lado, pode-se observar atributos (como a solidariedade), vínculos constituídos que estão para lá dos critérios objetivos para o ingresso na comunidade de destino, bem como dos vínculos construídos com as duas comunidades – do estreitamento de ações de atividades entre estas –, por outro, tem-se policiais que estiveram também no PROERD, porém, retornaram para a comunidade de origem. Nos processos migratórios, embora alguns se autodenominem como temporários, ou permanentes (dedicados exclusivamente), podem ser considerados como transmigrantes, sem perder de vista as implicações distintas que estão em jogo, as diferenças significativas, entre as diversas formas de relacionar-se com a comunidade de destino, a partir da compreensão, da concepção e do uso do Programa pelo seu Comando. Ainda é muito incipiente a forma como os policiais migrantes – PROERD – estão articulados e organizados; em contrapartida, as características “transnacionais” desse fluxo têm-se evidenciado por uma rede de relações entre os que ficam, os que vão e os que voltam, e os que permanecem na comunidade de origem, sobretudo na ampliação da rede que se liga diretamente a outros Estados e mais recentemente com a certificação do Dare.

Essas múltiplas relações os levam a ser chamados de transmigrantes, pois ampliam as fronteiras, colocando em inter-relação o global e o local. Porém, tais



comunidades estão mais inter-relacionadas que outros movimentos migratórios no interior do aparelho policial militar, como, por exemplo, o Batalhão de Operações Especiais (BOE), os Bombeiros, a Polícia Ambiental; no entanto, são muito parecidos com outros movimentos, em especial os cunhados pela responsabilidade social e pela prevenção.

### 3 PARA CHEGAR À COMUNIDADE DE DESTINO

Dos aspectos objetivos exigidos para a inserção no Programa – a necessidade de apresentar alguns requisitos compatíveis com o trabalho com crianças e com as atividades desenvolvidas na comunidade hospedeira – percebe-se que, para além destes, há uma rede constituída pelas relações informais criadas entre uma e outra comunidade, o que demonstrou que os policiais migrantes mantêm antigas redes de companheirismo com a comunidade de origem e estabelecem novas redes. E essas redes de apoio constituem caminhos para novos fluxos migratórios. E também se observa que a chegada à comunidade de destino inaugura-se através do Curso de Capacitação para Instrutores do PROERD.

A experiência do grupo de futuros instrutores vai de policiamento ostensivo repressivo, Patrulha Escolar, Palestras de Trânsito em Escolas a atividades concomitantes à Polícia, com trabalho voluntário com crianças e jovens, e ainda experiência no PROERD como auxiliar.

Os motivos referidos vão desde a inadaptação ao POLOST às vivências positivas fora da Polícia Militar, ilustradas por experiências na Educação Infantil, no Magistério, na formação em Pedagogia, na liderança com a juventude em instituição evangélica e na intenção em trabalhar com pais; há, também, a experiência em Pediatria no Hospital como Técnico de Enfermagem; um estágio na Promotoria da Infância e Adolescência quando o policial cursou a Faculdade de Direito. “Sempre gostei de trabalhar com crianças e sempre quis fazer o curso.” Há, ainda, a experiência em trabalho voluntário em asilo, assim como no grupo anterior aparece a fala de combate às drogas: “Um país que não cuida de suas crianças, temos que combater o problema.”

Essas vivências de certa forma corroboram para uma ideia presente no critério de seleção que é a “socialização prévia”. Em entrevista com um Policial da Equipe de Capacitação, foi referido que não é pré-requisito a experiência paralela com atividades sociais, e o fato de o Policial não tê-la não o exclui. Mas afirma que há certa ênfase à medida que essa experiência pode favorecer a inclusão do Policial no Programa. E ainda diz que “caso o Policial busque o programa tão-somente para sair da linha de frente, ele não aguenta, assim essa experiência já indica alguma identificação e conhecimento”.

De certa forma, essa concepção exige daqueles que nela estarão envolvidos um saber prático das leis de funcionamento desses universos, isto é, um *habitus* adquirido pela socialização prévia e/ou por aquela que é praticada fora do âmbito da Polícia Militar, em contraponto com as atividades por eles desenvolvidas no POLOST. Ou seja, além de trabalhar com a ideia de socialização prévia, traz o conceito que busca identificar policiais que não deixaram de circular em outras esferas da vida, que não se fecharam à instituição total.

Em suas histórias, no momento de apresentação no Curso de Capacitação para Instrutores do PROERD, reconhece-se nas falas de alguns policiais a participação em atividades sociais, sobretudo policiais da região do Vale do Rio dos Sinos, e no interior – tal referência não é frequente na Capital. Já nas entrevistas individuais realizadas em Porto Alegre, diferentemente das entrevistas realizadas com os policiais militares, no Vale do Rio dos Sinos, por vezes o Programa aparece como uma oportunidade que surgiu para aqueles: era algo que eles não conheciam e havia uma alternativa para certo cansaço do policiamento ostensivo repressivo: era, pois, “uma nova oportunidade e a rua mata a gente”. Na Capital, um policial refere ter buscado maior aproximação com a sua comunidade em atividades sociais voluntárias após o ingresso no Programa.

É importante referir agora outra questão: das considerações iniciais para se ingressar no Programa, observa-se no campo empírico o entendimento e o tratamento diferenciados dado ao Programa em cada Batalhão.

Nas falas dos policiais, à medida que eles ficam dedicados exclusivamente ao PROERD – ainda que este seja o desejo referido da maior parte –, a percepção de se sentirem diferenciados fica mais recorrente nos depoimentos, pautados na consciência de pertencerem, de fazerem parte de um determinado agrupamento, principalmente caracterizado pela sua intervenção junto às comunidades, no trabalho de prevenção com crianças e com jovens, o qual requer uma especialização e conhecimentos específicos. Mais do que nunca, é quando as suas ações passam a ter mais sentido para si. Contudo, em seus relatos, observa-se que o policial se reconhece como aquele que muitas vezes é identificado pertencente a um grupo que “não é policial”. Por outro lado, quando esse policial desempenha as duas atividades (POLOST e PROERD), ele também relata sentir certa “discriminação” do grande grupo, porém ainda parece que o que o torna policial é estar tirando escala, no policiamento ostensivo repressivo. Referem um agrupamento sempre em oposição a outro.

### Quadro 11

#### Das motivações referidas pelos instrutores em curso 2008 para o ingresso no PROERD

Motivação	Total
Situação atual de crianças e jovens	5
Identificação com o Programa a partir da sua vivência atual	16
Combater o tráfico	2
Polícia ideal	10
Valorização e busca de reconhecimento na comunidade	3
Inadaptação na comunidade de origem	2
Total	38

Fonte: Policiais Migrantes: identidades profissionais em movimento, 2009.

### Quadro 12

#### Das motivações dos instrutores entrevistados, para o ingresso no PROERD, em Porto Alegre

Motivação	Total	Mulheres	Homens
Identificação	2	1	1
Nova oportunidade	1	1	-
Cansado da rua – violência	2	2	-
Total	5	4	1

Fonte: Policiais Migrantes: identidades profissionais em movimento, 2009.

### Quadro 13

#### Da posição e da motivação dos Oficiais entrevistados

Motivação	Total
Prevenção	2
Polícia do futuro/ideal de Polícia	2
Não simpatizante/desconhecedor do Programa	1
Total	5

Fonte: Policiais Migrantes: identidades profissionais em movimento, 2009.

Em contrapartida, os deslocamentos no interior do aparelho policial, principalmente desse agrupamento, não se referem a ganhos materiais. Para alguns, aparece com mais ênfase na busca do sentido para si, das suas atividades profissionais e do maior reconhecimento a partir da interação com a comunidade, com projetos e com planos pautados pelo entendimento de que a prevenção está no cenário da Polícia ideal. Para outros, a ausência de sentido na atividade de policiamento ostensivo repressivo colocou-os em movimento; houve, também, a busca de experiências novas; um deles refere os “benefícios” inicialmente vistos de fora, mas que, ao ingressar no Programa, teve outra visão. Para alguns policiais, a Polícia Militar aparece como um local de trabalho transitório, que assegura por ora as necessidades básicas, porém estão em busca de “planos maiores” (outros concursos, sobretudo para quem tem a formação em Direito) e/ou a dedicação

exclusiva à docência em todas as situações referidas, os relatos estão ilustrados por sentimentos de sofrimento.

Pode-se admitir que a rede constituída entre uma e outra comunidade, bem como o Curso de Capacitação para Instrutores do PROERD como redes que resultam de processos de interações, pelas quais os sujeitos procuram dar sentido às situações. Para os policiais migrantes, o local de destino se apresenta como espaço de troca, comunhão de ausências de significados, de adversidades profissionais, encantos e decepções com a profissão.

O Curso de Capacitação coloca-se como a fronteira vista como o “espaço liminar que há nos interstícios da mesma diferença, um espaço-fronteira que é simultaneamente o lugar de encontro, de interação e de trocas. Lugar da relação e das narrativas identitárias que tais relações geram”. No falar da fronteira, as raias ou fronteiras funcionam, simbólica e materialmente, segundo o conjunto ordinário em que se combinam o puro e o impuro, o mesmo e o diferente, o dentro e o fora. Quer sejam literais ou figuradas, as fronteiras funcionam ainda como lugar de múltiplas contradições (Ihá, 2008, p. 4).

Entre repressivo e preventivo (origem e destino), aparece o policial migrante como o estrangeiro dentro do aparelho policial. Se ele parte em busca de um local onde acredita encontrar maior sentido para si de sua atividade, ou seja, para sair de uma frente de batalha, de certa forma ele deixa de viver em um ambiente já conhecido, com o qual ele não se identifica, mas mantém raízes e lá é reconhecido como policial, para tentar uma vida nova num lugar, onde, em seus relatos, percebe-se que ele não sabia exatamente o que encontraria.

É interessante perceber que um policial, quando migra de um método para outro, torna-se então um estrangeiro, se inicialmente sujeito às regras exigidas pelo próprio aparelho policial, para o ingresso na comunidade receptora, a qual, no limite, é quem delibera a aceitação ou não desse policial neste território, esta de alguma forma o torna um “imigrante ilegal”. Mesmo que o seu ingresso esteja dentro das exigências legais, ainda se observa é que mesmo o policial estando dentro de todas as prerrogativas exigidas, ele passa a ser no interior do aparelho policial militar “um estrangeiro irregular”, o que acarreta por vezes insegurança, além de ser alvo fácil de depreciação, pois não tem o reconhecimento esperado no interior do aparelho policial. O fato dele optar por uma atividade em um método de policiamento, que é prerrogativa constitucional da existência da própria Polícia, torna-o ainda assim um estrangeiro.

Neste caso, percebe-se que os policiais de certa forma não se deslocam livremente entre tais comunidades, no limite entre métodos de policiamento, com tratamento e direitos resguardados, e sim com traços marcadamente restritivos.

A luta constante é com o preconceito existente pela sua opção em desenvolver atividades que não são reconhecidas simbolicamente como atividades profissionais de um policial, ainda que previstas em lei. De forma

geral, os policiais migrantes são vistos como quem não desenvolve atividades de Polícia. É aquele que está “mutreitando”, denominação que desqualifica e causa desconforto no policial migrante.

Ser chamado e identificado dessa forma foi uma das reclamações mais constantes quando questionados sobre as relações internas no aparelho policial.

#### 4 POLICIAIS MIGRANTES

Na sociedade atual, o discurso de guerra crime, de que a Polícia deve ir para enfrentamento e sua historicidade, constitui a ideia do que é ser um policial militar, generalizado pelo uso da força (repressão) em oposição à prevenção.

Esses discursos, criadores das imagens dos policiais, são reproduzidos em um plano socioeconômico-cultural e tecem as relações sociais. Porém, essa imagem do policial rambo para os policiais migrantes coloca-se como uma tirania, sugerindo sempre comportamentos nos quais eles não se reconhecem, produzindo sofrimentos, o que, em certa medida, os colocou em movimento em busca de uma alternativa. A instauração de um lugar vazio no sujeito oportuniza para que ele possa constantemente se construir e se constituir, é o não suportar a ausência de sentido para si que ele se coloca em movimento, na busca de construir um sentido para si em sua trajetória profissional.

Portanto, o que se observa nessa rede é que “a identidade profissional não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão” (Nóvoa, 1995, p. 16).

Na esfera das imagens de si mesmo (identificação e diferenciação), se a identificação com a comunidade de origem está pautada pela possibilidade de trabalho seguro, de valor instrumental, os relatos dos motivos que produziram a migração mostram que o ingresso no Programa aparece valorado por outros atributos. O sentimento de pertencer a um agrupamento especializado, o envolvimento em trabalhos com crianças despertam uma imagem – uma identificação – positiva com o grupo.

Isso implica um processo de pertença e diferenciação enquanto construção de um espaço de reconhecimento, de afirmação e de distintividades. Neste sentido, os aspectos diferenciadores que surgem para a comunidade de destino estão nos valores da aproximação e os saberes que os policiais precisam ter para as suas formações (cursos e certificações) e ações na comunidade de destino.

A imagem de si é especialmente elucidada em momentos dos percursos profissionais no interior do aparelho policial, quando os informantes referem a ausência de sentido para si no grupo profissional de origem, declaradamente

foram então tomadas decisões e realizadas mudanças. Dessa forma, podem constituir momentos essenciais de redefinição ou migrações identitárias. E, ainda, as imagens de si mesmos conectam-se ao julgamento que os outros realizam de “nós”, em especial dos comportamentos, com impacto tanto maior quanto à deferência que se tem com relação às opiniões das pessoas que as manifestam. Portanto, as atribuições de sentido dependem da comparação que se realiza com os outros. Dessa forma, considera-se que as identidades profissionais constituem-se pelo duplo processo de identificação com um grupo e de diferenciação em face de outros.

Contudo, a atribuição de sentido por parte dos policiais não parece corresponder ao sentido do reconhecimento de caráter institucional que autoriza atestar diferentes níveis de reconhecimento e da existência de processos mobilizados pelos sujeitos de autoatribuição (Veloso, 2004).

#### 4.1 Identificação e Diferenciação

Se a identidade do sujeito é relativa à diferenciação em face dos outros, pode-se observar alguns processos de estigmatização. Em Goffman (2001), paralelamente os meios de diferenciação acionados, nessa dicotomia *eu x outro*, observa-se o surgimento de um fosso – surgido entre as identidades virtuais atribuídas por outros – das identidades reais – concretizadas no que os sujeitos consideram para si próprios. É nesse fosso entre ambas que está a origem do processo de estigmatização. Isto é, nessa migração está-se diante de dinâmicas de estigmatização, no caso em que o sujeito pensa de si mesmo não coincide com o que os outros lhe atribuem.

Aqui se percebe a estratégia de recorrerem à comunidade específica – como forma de ressignificar a estigmatização – outras redes em que estão inseridos, com as quais trabalham e nas quais obtêm reconhecimento e legitimidade de suas ações.

Se, por vezes, afastando-se do POLOST, o policial corre o risco de ser visto como não policial, ou “menos um para tirar escala”, ou, se, ainda, desempenhando as duas atividades ele sofre a estigmatização de “matando trabalho”, por outro lado, fala com orgulho quando o seu Comando disponibiliza com exclusividade policiais para tal Programa. Com efeito, é como se esse policial tivesse um entendimento superior do que é a ação de Polícia e das concepções acerca da Segurança Pública, bem como de seu reconhecimento e de sua pertinência a um grupo diferenciado.

Observa-se também a delimitação dos saberes, das concepções, das práticas e dos valores profissionais que são mais ou menos frequentes nas falas dos policiais informantes sobre o que define a sua atividade, do que é específico à sua profissão. Ainda, as relações entre as diferentes atividades, as distinções e os

conflitos entre os grupos aparecem também quando se indaga como se aprende a ser policial no POLOST. De forma sistemática, esta aparece ilustrada pela prática e na rua; em contrapartida, quando, ao final da entrevista, pergunta-se como se aprende a ser policial no PROERD, isso aparece associado à aprendizagem: o estudo ou estudando – uma ou duas vezes somente o PROERD foi associado à prática do dia a dia. Das respostas, porém, houve valorações distintas em relação aos tipos de saberes, à hierarquia de uma atividade sobre a outra, à certificação e à credibilidade de um saber “mais acadêmico” em detrimento da aprendizagem na rua.

Observa-se que o fato de o policial ter realizado a capacitação, ter dado aulas no PROERD, estar desenvolvendo neste momento ou não o Programa, não são classificações consideradas para identificar-se um policial proerdiano. O que vale, segundo informantes de pesquisa, é ele ter os valores proerdianos presentes. Sobretudo, se nesse momento ele não está desenvolvendo o Programa, e isso não é pela sua vontade e sim por determinação do Comando. Ainda assim ele é um proerdiano, porém, deve ter passado pela capacitação e participado do Programa, mas deixa de sê-lo quando: “esses viram que não era a sua praia e dizem que não é para eles”, e tem-se, então, a autoexclusão ou a não aprovação, o desligamento.

Ressalta-se que existem vários aspectos que definem no campo empírico um proerdiano. Um aspecto importante é que, antes mesmo de sua entrada no Programa, ele já é visto como diferente por ele mesmo e pelo Comandante – é essa diferença o que levou o Comando a encaminhá-lo para a Capacitação do mesmo modo que o próprio policial se reconhece como diferenciado pelos outros policiais. Tal postura passa muitas vezes pela não adaptação às regras, às normas do aparelho policial militar. Essa não adaptação coloca-os em movimento na construção de redes que possa auxiliá-los a buscar “lugares” onde o trabalho possa ter mais sentido para si.

A partir de Brumer (1994, p. 46), é possível pensar que nessa identificação prévia feita pelo Comando “de alguém que é diferente”, e daí encaminhado à Capacitação para a inclusão no Programa, ela aparece no campo empírico como algo “essencial”, da negativa de alguém que não é para “ser policial”, e esse sentimento muitas vezes é relatado pelo próprio policial.

Na concepção essencialista, quando um determinado objeto recebe uma classificação, esta traduz a sua identidade e ele se torna imutável, ficando sujeito a determinadas regularidades entendidas como lei da natureza (Brumer, 1994, p. 46).

A autora, referindo Suárez (1992, p. 6), considera que classificar um objeto ou coisa como “essencial” significa reconhecê-lo dentro do campo da natureza, que é imutável, e não no campo da cultura, que prevê a possibilidade de autonomia e mudança (Brumer, 1994, p. 46).

Considerar os policiais como rapidamente assimilados pelo Programa, rompidos com modelos “distintos”, conduziria a uma perspectiva que buscaria

dar conta da mobilidade desses fluxos, categorizando-os como policiais “temporários” – que entram e que saem do Programa –, “policiais fixos no Programa”, policiais-volantes (que tiram escala e estão no Programa).

Ao elaborar essas categorias, correr-se-ia o risco de não reconhecer que os policiais “migrantes” mantinham as suas relações com a “sociedade de origem”, não em contradição, mas sim em conjunção com a sua “sociedade hospedeira”.

Acredita-se que perseguir essa perspectiva contribuiu para se pensar nas múltiplas relações que os policiais migrantes, a partir do policiamento ostensivo repressivo, estabelecem com o grupo de destino, o PROERD.

Observa-se que, nas lutas e nos embates entre policiais, e das atividades desenvolvidas em um e outro método, surgem características constitutivas das identidades policiais do PROERD, estabelecidas em oposição às características atribuídas a outros grupos, notadamente, às práticas do policiamento ostensivo repressivo. O proerdiano carrega atributos de valorização do grupo e o orgulho de sua competência, transformando o estigma do método de policiamento preventivo em um emblema de luta. Essa transformação resulta, para os policiais, além da valorização dos saberes implicados, tanto o fato de se distinguirem das práticas do policiamento ostensivo repressivo quanto o da imagem construída pelo discurso dominante para representá-los – desse modo, a construção das identidades policiais passa “por uma autoestima e um autoconceito”, pois o proerdiano se reconhece como alguém diferenciado.

Se, por um lado, observam-se diferentes trajetórias e reconhecimentos no interior dos Batalhões – sejam eles pautados pelas atribuições negativas dos Comandos e/ou de colegas dos policiais proerdianos (de serem um “não policial”, de alguém que “quer matar trabalho”), sejam por atribuições positivas, quando identificados como um tipo ideal de Polícia, como a Polícia do futuro – é na comunidade onde desenvolve o seu trabalho que o policial busca os exemplos de referência para notificar o seu reconhecimento e dar sentido à sua ação.

Tal situação implica, por um lado, um processo de individualização, visto que aumentam as chances de expressão, de legitimação e de reconhecimento de diferentes facetas da personalidade do sujeito, embora isso signifique igualmente, por outro lado, um processo de inclusão social, por inserir o sujeito no círculo igualitário composto de todos os membros da sociedade. Certamente, ambos os processos indicam possibilidades de aumento do reconhecimento social. A integração social dá-se através de relações de reconhecimento que confirmam as diversas facetas da personalidade dos sujeitos, e eles se tornam membros da sociedade – inclusão social (Rosenfield, 2007, p. 449).

Considerando-se a centralidade do trabalho na construção da autoimagem e da imagem social, identidade para si e identidade para o(s) outro(s), a forma como este é definido, “etiquetado” (Hughes, 1996), o reconhecimento social através das profissões é um dos meios de apresentação social de cada pessoa. Para



esses policiais, é da aproximação, da interação com a comunidade que advém o seu reconhecimento; ainda que por vezes a certificação e a formação apareçam como relevantes para alguns, é na interação que o policial se reconhece e se diferencia. Ter uma profissão é permitir-se se apresentar a si próprio e ao outro de “maneira socialmente reconhecida” (Dubar, 2000, p. 95); desse modo, ser uma pessoa valorizada socialmente é ser um profissional, um membro de uma profissão (Braga, 2005, p. 113).

#### **4.2 O Projeto Profissional Como Um Projeto Coletivo**

Como pôde ser observado anteriormente, no grupo de policiais migrantes a identidade de grupo é muito evidente, sendo reposta por todo o seu percurso histórico, caso sejam observados, desde o surgimento do Programa no Rio Grande do Sul, os fluxos migratórios, a permanência de uns, a entrada de outros, as novas negociações que o grupo fez nesse trajeto, desde a obtenção recente do reconhecimento como programa oficial, certificado pelo DARE. O estar em grupo e ter o grupo como apoio e referência nutre a identidade profissional de cada sujeito. Perceberem-se na mesma categoria, nas mesmas circunstâncias profissionais, da perspectiva de afirmação profissional lhes dá identificação e força.

No espaço do Programa, das redes constituídas, os policiais migrantes compartilham experiências semelhantes de aprendizagem e tendem a experimentar mudanças semelhantes na concepção da profissão policial. Ao se perceberem enquanto grupo, estes se remetem à profissionalização como uma meta coletiva. Existe uma legitimação da identidade grupal à medida que a realização profissional dos policiais que ali estão torna-se importante para o bem-estar de cada um.

Para além dos objetivos comuns traçados pelo grupo, como, por exemplo, a participação em cursos, o desenvolvimento das atividades, de inserir-se em um grupo que tem as mesmas atribuições, pode ser observado, também, que desde o primeiro dia de aula no Curso de Capacitação de futuros Instrutores, ocorreu uma identificação com o grupo, da comunidade hospedeira, em função de partilharem das mesmas condições profissionais encontradas no interior do aparelho policial militar, do desejo de descolar-se do método de policiamento ostensivo repressivo como sendo este a única possibilidade, de uma discriminação anterior, sobretudo ao que confere pensar em outras possibilidades profissionais, a partir do método de policiamento preventivo e da condição comum de pertencerem desde de então ao mesmo Programa. E, conforme já abordado, ocorre, igualmente, a partilha das emoções, sentimentos e as adversidades que vive, o sujeito que se tornou um policial migrante. O grupo se utiliza do mecanismo de fortalecimento do processo identificatório, no sentido de criar

estratégias de socialização e integração com os seus pares. Associa-se igualmente a esse fenômeno a experiência do processo de estigmatização.

“O que se sabe é que os membros de uma categoria de estigma particular tendem a se reunir em pequenos grupos sociais, cujos membros derivam todos da mesma categoria, estando eles próprios sujeitos a uma organização que os engloba em maior ou menor medida” (Goffman, 1988, p. 32).

É com o grupo de iguais que os estigmatizados (Goffman, 1988) constroem escolhas e elaboram práticas adotadas em relação ao seu grupo dos normais. Constitui-se um processo de socialização daqueles que se sentem e são marginalizados. São as estratégias elaboradas coletivamente que identificam o grupo e sua coesão. Como exemplo, pode-se citar o fato de os policiais migrantes se referirem à formação e capacitação específica para o desenvolvimento de competências exigidas para o desenvolvimento de suas atividades profissionais, bem como a amizade e apoio no grupo para além dos momentos de trabalho como condição que facilita o desenvolvimento profissional a firmação do mesmo, as novas redes constituídas a partir do ingresso do grupo, e, ainda, o fato de que por meio da certificação junto ao DARE colocaram-se em novas redes de policiais que trabalham com a prevenção no país e fora deste, bem como a partilha das situações vividas junto à comunidade de origem, corroborarem para o sentimento de pertencer ao mesmo grupo, fortalecendo assim seus vínculos.

Da pergunta “Como se aprende a ser policial do PROERD?”, quase todos os policiais responderam “estudando”: desse modo, eles têm muito claro que são os responsáveis pela aquisição e pela manutenção de suas próprias competências. O que se observa no campo empírico é uma concepção de autonomia e de responsabilização do sujeito pela manutenção de suas competências; ainda, o próprio ensino a distância está no cerne da profissionalização e do desenvolvimento de competências.

Mesmo que reconheçam que o estudo formal produz ou pode produzir as competências exigidas do sujeito para enfrentar a sala de aula com temas abrangentes como o enfrentamento da droga e da violência, essa atribuição recai também sobre o próprio sujeito. Ainda que o seu “emprego” esteja, de certa forma, assegurado pelo concurso público o policial tem claro que o tema incide em questões complexas de conhecimento, que deverá compreender muitas vezes sozinho; sobre isso, alguns referem que o conhecimento exigido está para além da cartilha.

Os achados do campo empírico e as afirmações de Rosenfield (2007, p. 448) ajudam a pensar que, se por um lado, uma das características (entre outras, desse agrupamento, citadas pelos Comandos) que os diferencia é a capacidade de pensar – sobretudo como uma característica não requerida ao Círculo de Praças –, isso pode indicar que existem outras formas de se conceber o trabalho policial. Contudo, quando um processo supõe uma possibilidade de reapropriação do

trabalho pelos policiais, a saber, a autonomia em pensar sobre os métodos de policiamento, esta se coloca como um bem que exige sacrifícios e que culmina na sujeição do próprio policial instrutor. Aí se coloca um paradoxo: o que aparece na revisão bibliográfica centrada nesse método de policiamento e no campo de pesquisa é um ideal de Polícia. De fato, ainda que por vezes apontada a sua limitação, e esta, via de regra, aparece na falta de mensuração da eficiência das ações preventivas, a suposta autonomia aparece subjugada à concepção normativa não só da emancipação, mas também da própria corporação, a qual muitas vezes não se coloca diferentemente entre uma e outra comunidade.

Ao falar de suas perspectivas sobre as próprias trajetórias individuais, sobre os seus projetos futuros, sobre o percurso expresso pela experiência, observam-se múltiplas facetas, com diferentes nuances, como decorrência de diferentes trajetórias e de diferentes projetos profissionais e individuais. Há aqui representações desses profissionais sobre a atividade que eles mesmos desempenham (O que fiz? O que faço? O que farei?). Se, por um lado, percebe-se a pressão que o tema-eixo do Programa – a prevenção ao uso de drogas – exerce sobre os policiais, no que diz respeito à sua qualificação (na maioria das vezes buscada por conta própria, em leituras adicionais), para se abordar um tema tão complexo junto às crianças e aos jovens, que é a questão das drogas, por outro lado, em alguns policiais a pressão se dá também pela preparação para enfrentar novos concursos e para a inserção em outro tipo de trabalho, principalmente melhor remunerado.

#### Quadro 14

**Distribuição de policiais entrevistados, segundo as suas expectativas “profissionais”,  
os seus planos de futuro**

Tipo de expectativa	Total	Mulheres	Homens
Novos concursos	7	2	5
Permanecer na BM	10	9	1
Aposentadoria/reserva e dedicação à docência	4	4	-
Total	21	15	6

Fonte: Policiais Migrantes: identidades profissionais em movimento, 2009.

A ideia de permanência no e do Programa é significativa nos relatos dos policiais migrantes, a ideia de permanência no Programa aparece tanto associada a um projeto coletivo de levar adiante, divulgar e propagar outras formas de fazer policiamento, de manter-se no grupo e levar à frente projetos que estão elaborando juntos, como, por exemplo, propostas de cursos de especialização em parceria com Universidades, como em projetos individuais.

Assim, observa-se que a identidade profissional do policial migrante vem procurando firmar-se entre a disposição dos que veem – para si – na Polícia um modo de profissão provisória – no sentido de garantias mínimas de possibilidade

para acessar investimentos profissionais futuros. Além disso, planejam ter acesso a profissões de maior “prestígio”, como foi referido pelos primeiros informantes aqui citados – entre estas, as profissões ligadas ao Judiciário são as mais recorrentes.

Por outro lado, há um número significativo de policiais que veem na atividade o lugar onde efetivamente almejavam chegar e lá estão satisfeitos, inclusive fazendo críticas aos policiais que consideram a Brigada Militar como “trampolim” e que não percebem as aplicações do método de policiamento preventivo como atividades da profissão policial. E, sobretudo, pensam a prevenção e os comportamentos oriundos dessa intervenção como qualidades, atributos pertinentes à profissão policial.

Sabe-se que as identidades profissionais passam, necessariamente, pela dimensão do tempo: passado, presente e futuro dimensionam e significam seus processos de constituições e transformações. Da reflexão dos policiais informantes da pesquisa sobre o futuro profissional dos policiais migrantes aparece, sobretudo para algumas mulheres, o tema “ser bem-sucedida”, estas se referem a carreiras mais prestigiosas, vinculando atributos como salário e *status* social a melhores condições de trabalho. Já para outras, o compromisso com a polícia do futuro é o seu objetivo profissional, ajudar a consolidar outras formas de fazer policiamento. Para alguns homens, certa estabilidade já adquirida, a aposentadoria, a reserva e o desenvolvimento de outra atividade, passando os rendimentos financeiros da BM a certa complementaridade e o investimento na carreira de docente.

Portanto, há projetos pessoais e coletivos que estão associados, e nestes os laços sociais constituídos pela rede informal, bem como o estudar, surgem como suporte e investimentos a um ideal, do qual esperam e julgam ser transformador.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, de que maneira é possível compreender as identidades profissionais de policiais migrantes em um novo mundo social da profissão policial?

Observa-se que o não equacionamento “repressão-prevenção”, práticas do método ostensivo-repressivo e inclusão do método de policiamento preventivo têm dado visibilidade a novos dilemas da profissão policial e do próprio policial.

A migração a um Programa com base no método de policiamento preventivo foi muitas vezes identificada no campo de pesquisa, à “deserção” do policial que em sua trajetória profissional optou por migrar às práticas profissionais do método preventivo. Soma-se ainda a ideia de perda, em que o policial migrante é visto como aquele que abandona seu grupo profissional originário, produzindo efeitos negativos no grupo, traidor que não adere às

normas, regras e valores e ainda abandona atributos que legitimam a profissão policial. Vistos quase como “golpistas”.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) surge como atividade de evasão, ou seja, os sujeitos descobrem que é possível fugir de um lugar mesmo sem sair dele: utilizam como técnicas de resistência diversas estratégias, as “atividades de evasão” (Goffman, 1987). A migração aparece como forma de resistência, como prática que possibilita, ou pelo menos parece demonstrar, ao sujeito que ele guarda algo de si, o qual o aparelho policial não consegue se apropriar. E/ou, ainda, o sujeito guarda autonomia pessoal que escapa das determinações de regras, normas e valores impostos à sua pessoa. Afasta-se daquilo que está instituído à sua prática e imagem profissional, a migração surge como subversão a uma ordem instituída.

Do que foi desenvolvido e compreendido até aqui, pode-se dizer que o Programa coloca-se tanto como possibilidade de ajustamento primário como secundário, pois, atualmente, referir-se ao Programa unicamente como um ajustamento secundário não caberia uma vez que a dinâmica dos movimentos não tem e não obtém linearidade. Ainda que tenha surgido com uma ruptura muito bem marcada, agora aparece no aparelho policial como “permitido” e “autorizado”, como instrumento disponibilizado aos Comandos, os quais administram de diversas formas, o que possibilita novos jogos.

Na dinâmica atual, o acesso à comunidade de destino coloca-se para além de um ajustamento secundário, conforme identificado na maior parte dos relatos, mas a autorização à migração aparece também associada a outros jogos e questões, pois, no limite, o que pode ter sido dado ao Policial Migrante mantém também a eficiência geral do próprio aparelho policial. Exemplo disso é o fato do controle dos fluxos migratórios ficar concentrado nas mãos dos Comandos diretos, dos batalhões, visto que, em momentos de maior reconhecimento do Programa, este esteve ligado ao Estado Maior, e atualmente encontra-se de novo, como em momentos passados, vinculados ao Departamento de Ensino.

Quem regula o fluxo migratório são os Comandos diretos, os quais têm um estreito controle na administração desses fluxos humanos nas fronteiras dessas comunidades. O que lhes dá certo poder de negociação. Então, o que pode estar na perspectiva de um ajustamento secundário quando se analisa a trajetória de um policial, pode estar em jogo algo que o sujeito percebe estar subtraindo, mas este pode estar sendo dado intencionalmente por um Comando como forma de manter a eficiência geral de seu batalhão.

E ainda, os limites entre ajustamento primário e secundário são tênues, sobretudo porque atualmente o PROERD está no campo como uma atividade de evasão, que é consentida pela própria Polícia. Ou seja, com relação ao ingresso na comunidade de destino, o Programa pode se colocar como ajustamento primário para alguns e pode também se colocar como ajustamento secundário

para outros. Até mesmo porque, apesar de todas as controvérsias, o aparelho policial militar também se adaptou ao que inicialmente se colocou como uma atividade de evasão, e ao que Goffman denomina de ajustamento secundário “violento”, empregaram fins não autorizados de maneira a escapar daquilo que o aparelho policial atribui que deve fazer e obter, daquilo que deve ser. Atualmente legitimado e oficialmente reconhecido, o aparelho policial reconquista o controle e a soberania, mesmo com a perda de parte das obrigações de seus participantes, que são suas obrigações com o “policiamento-ostensivo repressivo”, e os ajustes são negociados no cotidiano.

Mas, de toda a forma, visto as variações de formas de acesso, considerando-se o local de origem dos participantes e as distinções das práticas de um método e outro, o território de destino coloca-se como uma possibilidade de mobilidade incorporada ao local de origem, como uma forma de ajustamento, mas, para os policiais migrantes, sobretudo, surge como uma forma de “escapar” daquilo que o aparelho policial militar impõe ao sujeito.

Evidentemente, o caráter desses ajustamentos toma dimensões diferentes quando se refere a Praças e Oficiais. Ainda entre eles muito se escutou no campo de pesquisa que na Brigada Militar o Programa caracteriza-se, eminentemente, pela adesão de Praças, o que os remetia logo em seguida à historicidade do próprio programa. Para muitos informantes da pesquisa, a forma como o Programa originou-se na Brigada Militar contribuiu para certa “marginalidade” no cenário local e até mesmo nacional, obtendo apenas recentemente a certificação junto ao DARE, o que aos olhos do grupo lhe outorga outro *status*. Dos relatos sobre a certificação, observou-se que estes se sentem mais valorizados e trazem a relevância desta para a circulação em outros grupos de policiais que desenvolvem o PROERD fora do Estado.

Ao falar da comunidade hospedeira, dos policiais migrantes e da chegada a esta, é como se a liberdade tivesse posta à comunidade de destino. Liberdade essa que se coloca para o sujeito, mas aos olhos dos demais ainda é marcada por certo *status* “periférico” diante dos atributos e comportamentos que “definem” a profissão policial, seja pela forma como surge, seja pelos atributos e comportamentos conferidos às suas atividades profissionais.

Interessante observar a criação de determinadas fronteiras; assim como há concepção de determinadas práticas distintas entre uma e outra (origem e hospedeira), há também restrições quanto à transmissão de informações entre essas. Dos relatos, observa-se que há certa ocultação do que se passa, sobretudo na comunidade de destino. Desenvolvem-se dois mundos profissionais diferentes, o que de certa forma determina certa distância e conserva estereótipos antagônicos.

Nessa divisão, ao estabelecer e considerar atributos e comportamentos profissionais como meios de categorizar os policiais que estão em uma e outra comunidade, observa-se que se ratifica e transforma em expectativas normativas

o que deve ser um policial militar. Como uma identidade profissional virtual – imputa-se ao sujeito policial uma identidade profissional policial fortemente associada a atributos e comportamentos tradicionais que envolvem especificidades próprias do que é ser policial militar na sociedade atual, associado à metáfora militar da guerra contra o crime – analogia do enfrentamento armado entre delinquentes e polícia. Os atributos e comportamentos que ele mostra possuir caracterizarão sua identidade profissional (a força física, a velentia, a repressão, o enfrentamento, a coragem), via de regra localizados no agrupamento originário.

Os atributos e competências desenvolvidos e requeridos na comunidade de destino surgem como atributos e competências que os tornam diferentes dos demais, e colocam-se como menos desejáveis. Tais características posicionam-se como um estigma, pois constitui-se uma discrepância entre a identidade profissional virtual e identidade profissional real de um determinado agrupamento profissional, discrepante, sobretudo, em relação ao agrupamento que desenvolve o policiamento ostensivo-repressivo.

Encontra-se nessa comunidade em particular atributos e práticas indesejáveis e que são incongruentes com os estereótipos criados para a identidade profissional policial. Os comportamentos que acompanham a prevenção aparecem como menos importantes a essa categoria profissional.

Há uma relação paradoxal, pois os atributos e as competências que estigmatizam os policiais migrantes, encontrados na comunidade de destino, reforçam e normalizam o que é ser um policial, o qual, no limite, coloca-se como o oposto deste. Portanto, o estigma profissional surge da relação entre o atributo e o estereótipo. É como se o agrupamento policial que parte em direção à comunidade de destino guardasse atributos e características que se afastam do que define o que é ser um policial – sobremaneira a supremacia da força física e a coragem policial. E, ainda, identificam-se nos que estão na comunidade de destino características e atributos diferentes do que é previsto, não reconhecidos à identidade profissional policial, como por exemplo: capacidade de reflexão, interação, aproximação, negociação e outros. Além disso, é como se os policiais migrantes, ao acessarem a comunidade de destino, deixassem de cumprir uma “norma maior”.

No entanto, se estes carregam de certa forma um estigma profissional, não parecem arrependidos da migração e esta possibilidade é celebrada na configuração das redes de ajudas mútuas e no encontro de sentidos profissionais para si, mesmo que desenvolvam atividades na comunidade de origem, é a essa comunidade particular que afirmam pertencer. O seu grupo profissional, o grupo de iguais está na comunidade de destino, é onde buscam a profissionalização a partir de cursos e inserções em redes maiores de formações. Em relação à profissionalização dos policiais migrantes, observa-se que, no aspecto formação, esta possui um sistema próprio de qualificação, caracterizado pela continuidade

de capacitações e atualizações; contudo, não realizados de forma idealizada pelo grupo. Mas observam-se articulações do próprio grupo para que estas aconteçam conforme previsto no Programa internacional, visto a recente obtenção da certificação em face de formação e organização profissional junto a outros centros nacionais de capacitação e até mesmo junto ao DARE norte-americano. Pontua-se, portanto, que a comunidade de destino não é receptora passiva de impactos negativos, mas nela configuram-se redes dinâmicas capazes de aprendizados. Estas não se referem tão-somente a uma concepção geral, mas sim ao que julgam ser um saber técnico, bem como à capacidade de organização em transmitir uma educação profissional em relação às habilidades e competências básicas e específicas para o desenvolvimento do Programa e previstas para a certificação internacional.

A coexistência entre manifestações de métodos de policiamento distintos ostensivo-repressivo e ostensivo-preventivo torna-se, contudo, ainda mais marcante quando tais métodos se posicionam de forma a perceber-se que a diferenciação está além dos elementos e atributos referidos a um e outro agrupamento no que concerne à profissão policial.

Na comunidade de origem, onde os atributos valorados ao agrupamento são a repressão, a força física e a coragem para reconhecer-se policial e que atribui uma forma específica e culturalmente distinta à comunidade de destino, o estar em uma sala de aula com crianças e adolescentes, participar de intervenções junto a famílias e escola, a conquista do espaço público, a aproximação e interação não têm o mesmo peso, dado as atividades desenvolvidas na comunidade de origem já terem maior exposição e aceitação ao olhar não só no aparelho policial militar como na própria sociedade.

Na sequência do que já foi dito, nesse contexto migratório, o desejo de libertação e autonomização dos policiais migrantes surge, muitas vezes, associado aos objetivos de acessar algo que foi perdido na trajetória profissional na comunidade de origem, como uma possibilidade de acessar outras esferas da vida que ficaram impossibilitadas pela vida da caserna.

E veem de forma recorrente a migração como uma contribuição para o alcance de um estatuto de policial militar diferenciado. Neste sentido, entre os objetivos da migração desses policiais, ligados a uma intenção de reagrupamento de atributos, elementos e comportamentos perdidos na trajetória e/ou a maior identificação com as atividades desenvolvidas na comunidade hospedeira, emerge uma nova expressão dos objetivos individuais que se prende com a intenção estratégica de ganhar alguma autonomia que não seria possível na comunidade de origem. Essa intenção manifesta-se, nomeadamente, por meio da procura de oportunidades de cursos de atualização, formação de círculos de lazer, trocas de bibliografias, e até mesmo na inserção da graduação em Pedagogia, aproximação e inserção no espaço escolar, veículos de transmissão das normas e valores da comunidade receptora.



Entre os policiais migrantes, parece ser consenso que a prevenção não inviabiliza a repressão, pelo contrário; mas, em contrapartida, não percebem essa lógica na comunidade de origem. Afirmam, por sua vez, que, ao desenvolverem atividades na comunidade onde predomina a repressão, as abordagens alteram-se para esses sujeitos quando a ela retornam. Portanto, na passagem dessas fronteiras, cuja tradição da repressão e força física não tem o mesmo peso e compreende um projeto coletivo diferente da comunidade de origem, os policiais mostram-se alterados ao retornar, sobretudo referem quanto às suas abordagens policiais na rua, ao reconhecerem-se mais legalistas e garantistas desde que passaram a desenvolver as práticas profissionais da comunidade de destino.

Se, por um lado, a coexistência entre fatores socioculturais e a dinâmica da negociação simbólica nessa constante adaptação traduz-se assim, em um primeiro nível, reconhecer-se mais legalista e respeitoso aos direitos do cidadão, por outro, foi observado no campo de pesquisa que as relações na comunidade hospedeira também são pautadas pela hierarquia policial militar, dentro da sala de capacitação, do curso para formar novos instrutores – o uso do nome de guerra, as decisões tomadas a partir das graduações que lá estavam, enfim, as próprias dinâmicas de grupos no decorrer do curso, as horas de curso, de sala de aula levando quase à exaustão –, aponta que os policiais em uma e outra comunidade veem-se exigidos de competências distintas, mas também há essa coexistência simbólica constante, aos aspectos que conferem a sobredeterminação militar.

As identidades são, de fato, simbólicas, tendo em conta as estratégias, contextualmente acionadas, de seleção simbólica. Os policiais migrantes definem igualmente estratégias identitárias em diferentes contextos, mobilizando determinadas categorias para organizar as interações e interpretar as diferentes situações, seja quando no ostensivo-repressivo e/ou ostensivo-preventivo. No decorrer da pesquisa, foi possível verificar que os policiais migrantes, embora mantendo a forte coesão com a comunidade de origem (aderindo a grande parte, sobretudo dos valores, e respeitando as normas, hierarquia), negociam com seus grupos de origem o significado das atividades no policiamento ostensivo repressivo e ostensivo-preventivo, bem como o significado de algumas normas.

As práticas de sociabilidade e o papel das redes de relações – nas estratégias de negociação – entre origem e destino, as quais muitas vezes colocam em movimento policiais pelos mais variados motivos, inclusive estresse e vulnerabilidade da rua, além de simbólicas, são reconstruções profissionais, devendo ser atribuída particular atenção ao papel dos grupos de sociabilidade nos processos de construção identitária profissional. De fato, os motivos que os colocam em movimento, terem a comunidade de destino incorporada à de origem como possibilidade de mobilidade, as pertencas e adesões anteriores podem sofrer mais ou menos alterações com a migração, contribuindo, para tal, as redes de sociabilidade.

Neste sentido, como já abordado, verifica-se uma diferença significativa das redes estabelecidas entre os policiais migrantes que buscam a comunidade hospedeira visto terem maior identificação com as atividades preventivas, que buscam maior sentido para si e/ou buscam acessar outras esferas da vida, diferentemente dos que se colocaram em movimento por se encontrarem mobilizados e/ou fragilizados por fatos violentos ocorridos no ostensivo-repressivo, apresentando os primeiros uma identificação mais intensa com os modos de atividades encontradas no destino, estabelecendo redes diversas ao grupo; contudo, não são menos fortes as segundas, mas influenciam estratégias em sentidos diferentes. Para os últimos, a rede mostra-se com foco interno, reforçando os laços de apoio e solidariedade profissional, não se inserem com maior facilidade nas redes externas que circulam em outras esferas e, passada a “fragilização”, retornam com frequência à comunidade de origem. Mas o reconhecimento de apoio entre estes se mostra reforçado e sugere contribuir para quando desse retorno o policial propagar o que lá acontece (no destino), que por vezes parece tão misterioso e, sobretudo, desqualificado. E, ainda, relatam ressignificar a sua prática e modos de ver e desenvolver suas atividades no policiamento ostensivo-repressivo.

Por esse motivo, o processo dinâmico de reconstrução das identidades profissionais dos policiais migrantes, a posição tradicional dos valores da profissão policial, assentados na força física e na repressão, fortemente centrados em uma base ostensivo-repressiva, podem ser (re)significados na comunidade de destino, quer por meio de uma escolha individual do próprio policial, quando a migração é ocasionada por uma intenção mais ou menos consciente de alterar o significado para si de sua atividade profissional, não encontrado na comunidade de origem, quer pela própria inevitabilidade da interação das práticas, valores e saberes da comunidade hospedeira.

A multiplicidade de experiências e pertencças conduz, portanto, a uma diversidade de influências na constante construção e reconstrução dos percursos identitários profissionais. Em contexto migratório, os policiais ganham maior poder de interação e negociação. Estando estes inseridos em uma rede de relações ampliadas, esse poder de negociação torna-se mais visível entre estes do que sugere ocorrer entre os que se fixam à comunidade original.

Esse fenômeno migratório entre comunidades origem-hospedeira constitui, assim, processos de (re)construção de identidades profissionais, à medida que as próprias categorias identitárias que erroneamente poderiam ser pensadas como universais, ser policial militar, se movem aqui entre espaços diferentes, redes múltiplas e, conseqüentemente, culturas diferentes. Esses acontecimentos caracterizam-se por estarem além da coexistência entre elementos de uma cultura global do aparelho policial militar e as especificidades locais, em uma constante adaptação e reconstrução das identidades que as caracterizam.

É, portanto, um processo dinâmico, produzido por meio da conjugação das identidades herdadas (dada a necessidade de salvaguardar parte das identificações anteriores, extremamente visível nos grupos de policiais migrantes que fazem parte do estudo que aqui se apresenta) e das estratégias inerentes ao desejo de construir novas identidades no futuro, dado que nem a tradição nem a inovação existem de forma absoluta.

Dessa forma, a mobilidade profissional do policial, a migração para o método de policiamento preventivo, demanda uma mobilização subjetiva dos policiais no intuito de atingirem o objetivo desse método particular e as responsabilidades envolvidas em sua execução; estas, em princípio, são necessárias também para a permanência e para a manutenção do desenvolvimento do mesmo. Em certa medida, pode-se pensar que a construção das identidades profissionais no Programa se dá no entremeio dessas comunidades por identificação com a atividade no local de destino (método preventivo); constitui-se, acima de tudo, pelo envolvimento com os valores, com os saberes e com as práticas do Programa, o que é ilustrado por policiais totalmente dedicados ao desenvolvimento do Programa (desenvolvendo exclusivamente o Programa), ou não (policiais no Programa e no policiamento ostensivo repressivo), e/ou ainda pelos que já passaram pelo Programa, mas que não o estão desenvolvendo no momento por redução de policiais disponibilizados para isso.

Se nesse novo contexto o policial é impulsionado a participar, por meio do Programa, na prevenção de drogas e da violência, a interagir com um segmento específico da sociedade, que são os jovens, este tem, portanto, de dispor de determinadas competências pessoais de comunicar-se e de interagir em uma relação estreita com uma determinada população. É importante ressaltar que as competências esperadas do policial militar para a implementação e para o desenvolvimento do PROERD, como, por exemplo, a facilidade de comunicação com os jovens, a habilidade para lidar com contingentes específicos da sociedade, a iniciativa, a cooperação e a interação somente serão disponibilizadas em razão do grau de investimento de cada um. Assim, torna-se necessário que o policial militar tenha um nível de identificação e de mobilização subjetiva, servindo-se de suas competências para desenvolver e executar o Programa.

A experiência na comunidade em questão, perpassada por uma série de relações conflitantes com a comunidade de origem, permite, ainda que de certa forma esta tenha sido incorporada à mesma, uma possibilidade de mobilidade profissional mesmo que no universo do aparelho policial ambas pareçam antagônicas. As trocas dos saberes entre os sujeitos das distintas comunidades foram ainda favorecidas pelas diferenças existentes em realidades cotidianas, alguns laços estabelecidos não estreitaram apenas o abismo existente entre as práticas aprendidas no interior do aparelho policial, mas sobretudo firmaram um elo existente entre ambas firmando fluxos migratórios.

Sobre a migração desses policiais, pode-se dizer que está motivada na busca de encontrar maior sentido para si na profissão policial, pelos relacionamentos com o grupo de origem e/ou ainda para sair de zona de violência, independente das motivações observadas, os fluxos não são aleatoriamente traçados, são primeiramente pautados pela presença de colegas na comunidade de destino; dessa forma, forjam-se redes que constituem conexões entre uma e outra comunidade. Aqueles que chegam lá criam condições para que os mais afins em seu grupo de origem façam o mesmo percurso, criando-se redes migratórias. Foi observado assim nos depoimentos dos informantes que esta raramente é uma decisão que se toma sozinho, pois é um processo do qual as comunidades e agrupamentos profissionais participam das mais diversas formas, constituindo-se assim um fenômeno profissional – os que vão e ficam, os que voltam e não retornam, e ainda os que circulam e desenvolvem atividades profissionais nas duas comunidades.

Observa-se também uma multiplicidade de motivações para a migração desses policiais, sobremaneira a busca de maior sentido para si em sua profissão, porém ainda não estão bem desenvolvidos os laços profissionais interfronteiriços entre ostensivo-repressivo e ostensivo-preventivo. Há evidências de que as redes pessoais influenciam sobremaneira a migração, o grande determinante dos fluxos migratórios encontra-se nos diversos elos estabelecidos pelas redes pessoais, ilustrados por projetos profissionais, que formam a rede migratória.

Embora na comunidade hospedeira os policiais migrantes possam reconhecer o grau de vulnerabilidade e estigma em termos de reconhecimento profissional, e ainda identificar estratégias de fortalecimento, nem sempre essas medidas podem ser compreendidas e implantadas porque dependem das condições por meio das quais cada sujeito traduz a proposta e da sua concepção acerca de “o que faz a polícia”. Segundo os informantes da pesquisa, há momentos de avanço do Programa e retrocesso do mesmo, o grupo já conseguiu em outros momentos vincular o Programa ao Comando do Estado Maior, o que para os policiais migrantes determina de forma relevante como este é desenvolvido e tratado junto ao aparelho policial militar, estando o mesmo atualmente sob o Comando do Departamento de Ensino e à discricionariedade dos Comandantes de batalhões. As estratégias de (re)construção identitária profissional específicas dos policiais migrantes no interior do aparelho policial militar implicam na filtragem de novos atributos e competências a partir de uma série de relações que entram em negociação com a comunidade de origem e de destino. As comunidades (origem-destino) são formadas por sujeitos, não podem ser consideradas como um simples agrupamento das ações e percepções individuais, cada sujeito constitui, ao mesmo tempo, um sujeito e uma rede que cria e recria sua própria estabilidade entre essas e a do próprio Programa. Nesse contexto, geram-se reações e ajustamentos, obstáculos e oportunidades contínuas; com

isso, cada modificação afeta ao mesmo tempo os sujeitos e as redes que eles próprios constituem. Portanto, neste sentido, as identidades profissionais e as redes são móveis e forjam-se entre si.

## REFERÊNCIAS

BRUMER, Anita. *Identidade em mudança: pesquisa sociológica sobre os judeus do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 1994.

BRUMER, Anita. *Formação e profissão: estudo sobre o curso de Técnico em Segurança do Trabalho da Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BRUNET, Amadeu Recasens. El espacio policial europeo: un futuro en construcción. *Cuadernos de la Guardia Civil*, nº 14, p. 1-9, 1995.

BRUNET, Amadeu Recasens. La Union Europea y su espacio policial. *Cuadernos de la Guardia Civil*, nº 4, p. 1-23, 1999.

CAIN, Maureen. Trends in sociology of police work. In: McCORMICK, Kevin R. E.; VISANO, Livy. *Understanding police*. Toronto: University of Toronto Press, 1992.

CHAPOULIE, Jean Michel. Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels. *Revue Française de Sociologie*, v. XIV, p. 86-114, 1973.

DAVEZIES, Philippe. Éléments de psychodynamique du travail. *Education Permanente*, nº 116/3, p. 33-46, 1993.

DEMAZIÈRE, Didier; DUBAR, Claude. Trajetória profissional e formas identitárias uma teorização. *Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro, nº 8, p. 183-200, 2. sem. 2000.

DIAS NETO, Theodomiro. *Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana*. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

DIAS NETO, Theodomiro. *Segurança urbana: o modelo da nova prevenção*. São Paulo: FGV/RT, 2005.

DINIZ, Cládice Nóbile. Reforma das polícias para a segurança pública. *Política e Administração*, v. 3, nº 4, nov. 1998.

DOMINGUEZ, Andres; SANCHEZ, Domingo. *Estudios sobre el control democrático de las potestades policiales*. Santiago: Centro de Estudios del Desarrollo, 1997.

DUBAR, Claude. *La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Colin, 1991.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção de identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.

- DUBAR, Claude. Socialisation et construction identitaire. In: RUANO-BORBALAN, J.-C. (coord.). *L'identité. L'individu, le groupe, la société*. Auxerre: Sciences Humaines Éditions, 1998.
- DUBAR, Claude. Identidade profissional em tempos de bricolage: entrevista com Claude Dubar. *Contemporaneidade e Educação*, ano VI, nº 9, 1. Sem.; Rio de Janeiro: IEC, 2001a.
- DUBAR, Claude. El trabajo y las identidades profesionales y personales. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 7, nº 13, p. 5-16, 2001b.
- DUBAR, Claude; TRIPIER, Pierre. *Sociologie des professions*. Paris: Armand Colin, 1998.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GOFFMAN, E. *Los momentos y sus hombres. Textos seleccionados y presentados por Yves Winkin*. Barcelona: Paidós, 1991.
- GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris: Les Editions de Minuit, 2000.
- GOFFMAN, E. *Les rites d'interaction*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.
- GOMEZ BUILES, G.M.; ASTAIZA ARIAS, G.M.; MINAYO, M. C. S. Las migraciones forzadas por la violencia: el caso de Columbia. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, p. 1637-1648, 2008.
- HOLLOWAY, Thomas H. *A polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência em uma cidade do século XIX*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- HUGHES, Everett. Le drame social du travail. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 155; *Les nouvelles formes de domination dans le travail* (2). Paris, decembre, 1996.
- IHÁ, Natália Cristina. *Os caminhos da transnacionalidade: a migração internacional de Criciúma para Boston*. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Florianópolis, UDESC/FAED, 2006.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. *Migrações e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MARTINS, José de Souza. “O problema das migrações no limiar do terceiro milênio”. In: Serviço Pastoral dos Migrantes *et al.* (Org.) *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MASSEY, Douglas *et al.* The social organization of migration. In: *Return to Aztlan – the social process of international migration from Western Mexico*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- MASSEY, Douglas *et al.* Migration, ethnic mobilization and globalization – causes of migration. In: GUIBERNAU, Montserrat; REX, John (Eds.). *The Ethnicity reader – nationalism, multiculturalism and migration*. UK: Polity Press, 1997.

ROSENFELD. Cinara. A generalização difícil: a vida breve da Câmara Setorial do Complexo Químico, seguida do estudo de seus impactos em duas grandes empresas do ramo. *Sociologias*, nº 5, p. 274-280, jun. 2001.

ROSENFELD. Cinara. Autonomia outorgada e relação com o trabalho: liberdade e resistência no trabalho na indústria de processo. *Sociologias*, nº 10, p. 350-378, 2003.

ROSENFELD. Cinara. Autonomia outorgada e apropriação do trabalho. *Sociologias*, nº 12, p. 202-227, dez. 2004.

ROSENFELD. Cinara. Paradoxos do capitalismo e trabalho em call centers: Brasil, Portugal e Cabo Verde. *Cad. CRH*, v. 20, nº 51, p. 447-462, dez. 2007.

SAINSAULIEU, Renaud. La valeur travail. *Education Permanente*, 116/3, p. 159-172, 1993.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Cidadania dilacerada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, nº 37, p. 131-46, jun.1993.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A violência como dispositivo de excesso de poder. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 10, nº 2, p. 281-298, jul./dez. 1995.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, nº 1, p. 155-167, maio 1997.

THOMAS, William; ZNANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America: a classic work in immigration history*. Illinois: University of Illinois Press, 1996.

TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS-MCLAUCHLIN, V. *Immigration reconsidered: history, sociology and politics*. Oxford: new Oxford University Press, 1990.

## NOTAS

\* Psicóloga. Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania.

<sup>1</sup> Tese de Doutorado no PPG – Sociologia UFRGS: Policiais Migrantes: Identidades Profissionais em Movimento. Maio 2009. Márcia Esteves e Calazans.

<sup>2</sup> Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

<sup>3</sup> Entre esses, quatro optaram por sair do Programa, dois policiais estavam em férias e os outros dois em licença.

<sup>4</sup> Policial militar habilitado a partir de uma preparação básica na área de ensino (40 horas) e atividades específicas para a capacitação no currículo de 4ª e 6ª séries (80 horas).

<sup>5</sup> Multiplicador do Programa na formação de novos instrutores. Para tornar-se mentor, é preciso ter experiência mínima de um ano em sala de aula aplicando o currículo de 4ª série, reunir habilidades de liderança, ensinar adultos e gerenciar problemas.

<sup>6</sup> Elabora, planeja, organiza e coordena cursos. Assessora a Coordenação Estadual nas questões pertinentes à qualidade das ações e monitoramento do Programa. Sua habilitação permite a formação de novos Mentores.

<sup>7</sup> Neste sentido, ver: Soares, Bárbara; Musumeci, Leonarda. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Coleção Segurança e Cidadania.

<sup>8</sup> Conceito utilizado por Jannuzzi (2000): “São formas extremas de vulnerabilidade do laço social, sofridas pelos sujeitos, os quais têm dificuldades de acessar zonas de inclusão social que sejam portadoras de sentido ou que lhes favoreçam um sentimento de pertença na organização social. Para esses sujeitos, as formas de sociabilidade profissional estavam pautadas na instabilidade.”

<sup>9</sup> Policial Militar que reside em uma escola.

<sup>10</sup> Estudiosos sobre a Polícia referem que existem três atributos das organizações policiais: o seu caráter público, a especialização e a profissionalização. A especialização diz respeito à atividade-fim da função policial, exclusividade para se desempenhar uma determinada tarefa, o que caracteriza a Polícia e mostra-se também pertinente aos agrupamentos especializados no próprio interior do aparelho policial. Setores e equipes de policiais especializados no combate a uma determinada ação praticada. Neste sentido, ver Marinho (2002).